



**X COLÓQUIO
INTERNACIONAL**
"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

AS IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA NA GESTÃO FINANCEIRA EM MACEIÓ-ALAGOAS

GIVANILDO DA SILVA

INALDA MARIA DOS SANTOS

ALEX VIEIRA DA SILVA

EIXO: 13. CURRÍCULO ESCOLAR, GESTÃO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

RESUMO O texto apresenta reflexões sobre a descentralização como princípio oriundo das reformas educativas ocasionadas na década de 1990 e suas influências no âmbito da gestão na escola pública, destacando-se as políticas públicas educacionais por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). A metodologia utilizada na pesquisa foi a partir da abordagem qualitativa, tendo o estudo de caso e a entrevista semiestrutura como técnicas de coleta de dados. Os resultados da pesquisa mostram que mediante o princípio da descentralização: a) a escola vivencia a participação para decidir as prioridades, mediante o colegiado escolar; b) os recursos do PDDE não são suficientes para o desenvolvimento das atividades planejadas; c) a descentralização apresentada nas normatizações, na verdade, é uma desconcentração de responsabilidades do Estado para com a escola e os profissionais. **RESUMEN**

El texto presenta reflexiones sobre la descentralización como principio derivado de las reformas educativas, creada en la década de 1990 y su influencia en la gestión de la escuela pública, las políticas educativas públicas destacando a través de Inversión Directa en el Programa de la Escuela (TSA). La metodología utilizada en el estudio fue desde el enfoque cualitativo y el estudio de caso y la entrevista semiestrutura como técnicas de recolección de datos. Los resultados del estudio muestran que por el principio de la descentralización: a) la escuela experimenta la participación en la determinación de las prioridades por parte de la facultad de la escuela; b) los recursos de la TSA no son suficientes para el desarrollo de las actividades previstas; c) la descentralización se

presenta en las normas, de hecho, es una devolución de las responsabilidades del Estado a la escuela y los profesionales.

AS IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA NA GESTÃO FINANCEIRA EM MACEIÓ-ALAGOAS RESUMO

O texto apresenta reflexões sobre a descentralização como princípio oriundo das reformas educativas ocasionadas na década de 1990 e suas influências no âmbito da gestão na escola pública, destacando-se as políticas públicas educacionais por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). A metodologia utilizada na pesquisa foi a partir da abordagem qualitativa, tendo o estudo de caso e a entrevista semiestrutura como técnicas de coleta de dados. Os resultados da pesquisa mostram que mediante o princípio da descentralização: a) a escola vivencia a participação para decidir as prioridades, mediante o colegiado escolar; b) os recursos do PDDE não são suficientes para o desenvolvimento das atividades planejadas; c) a descentralização apresentada nas normatizações, na verdade, é uma desconcentração de responsabilidades do Estado para com a escola e os profissionais. **Palavras-chave:** Descentralização. Gestão Escolar. PDDE. **RESUMEN**

El texto presenta reflexiones sobre la descentralización como principio derivado de las reformas educativas, creada en la década de 1990 y su influencia en la gestión de la escuela pública, las políticas educativas públicas destacando a través de Inversión Directa en el Programa de la Escuela (TSA). La metodología utilizada en el estudio fue desde el enfoque cualitativo y el estudio de caso y la entrevista semiestrutura como técnicas de recolección de datos. Los resultados del estudio muestran que por el principio de la descentralización: a) la escuela experimenta la participación en la determinación de las prioridades por parte de la facultad de la escuela; b) los recursos de la TSA no son suficientes para el desarrollo de las actividades previstas; c) la descentralización se presenta en las normas, de hecho, es una devolución de las responsabilidades del Estado a la escuela y los profesionales. **Palabras-clave:** Descentralización. Gestión de la escuela. TSA.

Introdução

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa na qual teve como objetivo apresentar uma discussão sobre a gestão escolar com ênfase nas dimensões pedagógica, administrativa e financeira, destacando-se as políticas públicas educacionais por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). O texto apresenta reflexões sobre a descentralização como princípio oriundo das reformas educativas ocasionadas na década de 1990 e suas influências no âmbito da gestão na escola pública.

As reformas desenvolvidas na década de 1990 foram instrumentos oportunos para a disseminação

de princípios nos quais privilegiavam a transferência de responsabilidades do papel do Estado para a sociedade civil. No âmbito da gestão escolar, diversos foram os programas nos quais tinham essa finalidade. Em 1995, foi implementado o PDDE, objetivando repassar recursos financeiros suplementares para as escolas públicas, com caráter de descentralização. A concretização desse programa possibilitou mudanças no cenário educativo, modificando assim, as dimensões da gestão escolar.

Os principais teóricos que contribuíram para as discussões foram Casassus (1995); Cabral Neto e Castro (2011); Sander (1995); Rodrigues (1996); Paro (2015), entre outros. O texto está dividido em três partes que se complementam, sendo a primeira uma discussão sobre a descentralização no contexto da escola pública e das políticas educacionais, a segunda acerca da gestão escolar e suas dimensões pedagógica, administrativa e financeira, e a terceira, são apresentados os resultados da pesquisa realizada em uma escola pública da rede municipal de Maceió. **A descentralização no contexto da escola pública e das políticas educacionais**

As políticas públicas educacionais implementadas no contexto da década de 1980 nos países da América Latina contribuíram para a efetivação de mecanismos importantes para a concretização da Reforma do Estado. No âmbito educacional, político, social, econômico e cultural essas políticas tiveram caráter neoliberal, incentivando a intervenção mínima do Estado, assim como incentivando os diferentes setores da sociedade civil para a responsabilização de ações nas diferentes dimensões da sociedade. Neste sentido, princípios como a descentralização, participação e autonomia são difundidos como instrumentos necessários para o oferecimento de uma educação pública de boa qualidade.

De acordo com Casassus (1995, p. 39), "os processos de descentralização ou centralização são processos de distribuição, redistribuição ou reordenamento do poder na sociedade, nos quais há acréscimo de poder para uns e diminuição para outros". Assim, é importante compreender a descentralização como mecanismo de poder, no qual prevalece os ideais e princípios dos grupos que estão possibilitando a descentralização. No entanto, Casassus (1995) aponta que "a descentralização não é um fim em si mesma, é uma política para alcançar certos fins, é uma política que pode ser boa ou má, progressista ou conservadora, dependendo de quem a utilize e se contribui ou não para resolver os problemas" (CASASSUS, 1995, p. 39).

Para Casassus (1995), geralmente, a política da descentralização é caracterizada como política de desconcentração, na qual há uma desconcentração do poder, prevalecendo as ideias e os fundamentos do grupo que a idealizou. De acordo com o autor (1995, p. 39), "primeiro, é necessário passar por uma fase de desconcentração para, em seguida, para uma etapa de descentralização, que viria como consequência lógica". Assim, a diferença entre a desconcentração

e a descentralização consiste em que:

A desconcentração é uma perspectiva e uma política que reflete interesses do poder central, com seu desejo de levar as decisões para mais perto do lugar em que ocorre o ato educacional. Por este prima, a desconcentração é uma política que reflete a lógica do poder central. Do ponto de vista do sentido, a desconcentração poderia ser desenhada como uma flecha que vai de cima para baixo (CASASSUS, 1995, p. 40).

Nesse contexto, a desconcentração é um mecanismo que evidencia o poder dos idealizadores de programas e projetos na esfera social. No âmbito da educação, a descentralização é vista como um princípio que dimensiona poder para os agentes que estão no interior da escola, quando, na verdade, apenas desconcentra as atividades para que a comunidade escolar responsabilize-se e cumpra as normatizações dos programas. Assim sendo,

O processo de descentralização atualmente em desenvolvimento no sistema educacional não foi resultado das conquistas democráticas por parte dos movimentos sociais, embora reconheçamos a sua importância nessa dinâmica, nos últimos anos, na sociedade brasileira (CABRAL NETO; CASTRO, 2011, p. 751).

A descentralização, no contexto da reforma gerencial, é compreendida como mecanismo de desconcentração, a qual viabiliza estratégias para que a comunidade escolar e local se responsabilize pelas atividades de gestão e organização, incluindo o financiamento de projetos desenvolvidos pela escola. Desse modo, algumas características são apresentadas, pelos idealizadores, como referências para a vivência da descentralização na escola, destacando-se “mais democracia; mais eficiência no trabalho educativo; mais recursos e participação da comunidade; maior qualidade na educação” (CASASSUS, 1995, p. 41).

As características apresentadas são importantes, no entanto, os objetivos pretendidos pelo Estado é que as comunidades locais e escolares assumam a responsabilização de criar estratégias para conseguir efetivar a educação com recursos (financeiros, humanos e materiais) mínimos. A democracia pretendida não corresponde à igualdade de oportunidade para todos, mas participação dos diferentes segmentos na responsabilização das atividades educativas; a eficiência corresponde, principalmente, à racionalização dos recursos, em que se deve fazer mais com menos. No que se refere aos recursos financeiros, parte-se do princípio de que a participação da sociedade civil (empresários) na contribuição da oferta de uma educação pública e da própria comunidade escolar é uma estratégia necessária para conseguir mais recursos financeiros e voluntários para a escola

(CASASSUS, 1995).

No âmbito da escola pública, a prática da descentralização do poder é possível na medida em que as posturas vivenciadas sejam de caráter participativo e democrático, bem como os principais objetivos sejam na perspectiva da humanização e colaboração dos ideais educacionais propostos através de planejamentos coletivos. Com essa característica, "é impossível construir uma sociedade democrática nos moldes de uma escola autoritária e, por isso, será impossível a uma escola autoritária ensinar os homens a viverem e convirem num processo democrático" (RODRIGUES, 1996, p. 62). Portanto, se almeja uma escola sem autoritarismos, são necessárias práticas de todos envolvidos na instituição educativa para a existência do diálogo, da participação e da descentralização.

É importante destacar que as práticas escolares voltadas à descentralização consistem numa atividade difícil, pois requerer autoconfiança de toda equipe escolar e ainda conhecimentos sobre os processos educativos, assim como a pertinência da divisão do trabalho e do rompimento de práticas centralizadoras. Os trabalhos desenvolvidos na escola devem ser voltados à democratização e para o ideal de uma educação que tem como compromisso ensinar posturas democráticas e participativas (LÜCK, 2010).

A educação voltada para a descentralização requer mudanças de posturas e pensamentos, sobretudo quando se pensa em uma instituição escolar que se percebe o dinamismo, o diálogo nas múltiplas possibilidades de ideais. Portanto, é necessário mostrar que:

A verdadeira descentralização só ocorre quando o poder de decisão sobre o que é realmente relevante no campo pedagógico e administrativo se instala na escola [...] é na unidade escolar que define a qualidade do ensino e propicia o desenvolvimento humano sustentável e a qualidade de vida coletiva (SANDER, 1995, p. 148).

Neste sentido, a dinâmica da descentralização deve perpassar por todos os segmentos da escola, pelo campo pedagógico, administrativo e financeiro, de modo que favoreça uma significativa relação entre o gestor escolar e os demais agentes que, no cotidiano, estão inseridos na unidade educacional (SANDER, 1995). A participação na instituição escolar é um dos objetivos vinculados à gestão democrática e essa participação é o norte que a escola deve seguir para que, de fato, exista a democracia no contexto escolar.

As dimensões da gestão escolar: pedagógica, administrativa e financeira na escola pública

As funções desempenhadas no cotidiano da escola pela equipe de profissionais são diversas, de modo que a realização dessas por apenas uma pessoa não possibilita um efetivo acompanhamento das dimensões pedagógica, administrativa e financeira. De acordo com Paro (2015) as dimensões da gestão escolar não divergem, mas se entrelaçam em seu desenvolvimento. Desse modo, de acordo com o autor, as funções do gestor escolar estão intrinsecamente envolvidas, configurando-se em atividades meio para realização da atividade fim.

A atuação do colegiado nas dimensões da gestão escolar é significativa, uma vez que através do trabalho desenvolvido, diferentes ações são possíveis no contexto da organização da escola. Nessa perspectiva, é necessário efetivar a gestão democrática, favorecendo o compartilhamento nas decisões e atividades, visto que a realização de todas as tarefas apenas pelo gestor não se configura em um trabalho relevante para a comunidade escolar. Assim, é importante entender a gestão como “gestão democrática da escola pública, sim, mas desde que a comunidade popular que a frequenta, os agentes do processo educativo, mestres, gestores, alunos, aprendam a gerir a escola com responsabilidade técnica e compromisso público” (ARROYO, 2008, p. 46).

A primeira e, talvez, a principal atuação do gestor escolar é consolidar espaço para a concretização de uma escola pública democrática, na qual todos compartilham as decisões e possibilitam formas de participação. Uma equipe gestora que divide as atividades e decide coletivamente, corrobora na efetiva vivência das dimensões e contextos educacionais, os quais são mecanismos importantes para realização de uma escola inclusiva.

Neste sentido, as dimensões administrativa, pedagógica e financeira se descentralizam e manifestam diversas experiências, por diferentes pessoas, as quais têm o papel de configurar uma educação de acordo com os princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/1996). Ao gestor cabe, portanto, contribuir nas atividades realizadas no cotidiano da escola, sendo necessária uma visão estratégica para o sucesso destas. O envolvimento do colegiado escolar nas propostas educacionais proporciona a efetivação dos princípios defendidos nas normatizações que regem a educação brasileira.

Em relação às atividades administrativas, toda escola necessita de estratégias para o melhor funcionamento, essas por sua vez, são referentes a todos os recursos humanos, materiais e financeiros para a sua concretização. Gerir uma escola que demande todos esses aspectos torna-se inviável para apenas uma pessoa, isso porque as relações são complexas e demanda reflexão e compromisso coletivo.

No que se refere aos aspectos pedagógicos, principal função no contexto escolar, as atividades são ainda mais complexas, uma vez que os processos educativos são importantes para efetivação da

aprendizagem. Assim, o projeto político-pedagógico, a avaliação da aprendizagem e institucional, o currículo, a relação professor-aluno/ escola-comunidade, o planejamento, o processo de ensino e aprendizagem, enfim, todos os componentes pedagógicos são elementos pertinentes à vivência de uma escola pública que cumpre sua função social. Percebe-se, nesse contexto, que as atividades pedagógicas configuram-se no centro do trabalho escolar, portanto, cabe à equipe gestora ter atenção para a realização significativa dessa dimensão.

A dimensão financeira recebe a mesma relevância que as demais, no entanto, para muitos gestores, essa é a dimensão escolar mais favorável, uma vez que é com a apropriação dos recursos financeiros que se estabelecem meios para estruturar a escola. São reformas, compras de materiais pedagógicos e bens duráveis, enfim, são recursos para organizar visivelmente o espaço escolar. Essa centralização de pensamento sobre a gestão financeira faz com que, muitas vezes, o gestor escolar não se preocupe com as ações pedagógicas, dando maior ênfase no trabalho educativo para as questões financeiras.

A gestão financeira da escola pública, deve, de acordo com os documentos oficiais dos programas federais, estaduais e municipais, ser gerida por um colegiado que tem o papel de contribuir com a problemática da escola e perceber as prioridades para estabelecê-las no cotidiano. No entanto, Paixão (2012) apresenta que, geralmente, os gestores centralizam as decisões para si mesmo, cabendo ao colegiado apenas aceitar o que foi estabelecido pelo gestor escolar. De acordo com a autora, a cultura da centralização dos recursos financeiros na escola pública, acontece porque os responsáveis têm a convicção de que este assunto é sigiloso e complexo (PAIXÃO, 2012).

Assim, compreende-se que a gestão financeira é um assunto salutar, principalmente quando se refere ao processo de decisão coletiva. Percebe-se, também, que o gestor dá muita relevância a essa dimensão da gestão escolar, pois possibilita uma organização com mais efetividade, diante das inúmeras dificuldades existentes na escola pública, deixando, em algumas situações, as dimensões pedagógica e administrativa sem um olhar refletivo para mudanças cotidianas e a oferta de uma educação pública de boa qualidade (PAIXÃO, 2012).

Metodologia

A metodologia utilizada na pesquisa foi a partir da abordagem qualitativa, na qual o estudo de caso e a entrevista semiestrutura foram necessários para alcançar os objetivos propostos. Os profissionais da instituição entrevistados foram a gestora, a coordenadora e uma professora. As análises desenvolvidas a partir das entrevistas são pautadas na perspectiva da análise do conteúdo, apresentada por Bardin (2002).

A escola foco da pesquisa é considerada de grande porte, visto que possui 18 (dezoito) salas de

aulas, funcionando nos três turnos (matutino, vespertino e noturno), tendo aproximadamente 1000 alunos, nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º) e na Educação de Jovens e Adultos (EJA). No ano em que a pesquisa foi realizada, 2014, a escola possuía 84 (oitenta e quatro) funcionários, dos quais uma parte é funcionários públicos efetivos, outra contratada pela Secretaria de Educação de Maceió (SEMED), e, por fim, há um grupo de funcionários terceirizado, principalmente, pessoal de apoio.

A pesquisa realizada investigou o Programa Dinheiro Direto na Escola como mecanismo de descentralização, da participação e da autonomia escolar na gestão financeira. O PDDE é um programa cujo objetivo é repassar verbas para as escolas da educação básica, assim como às escolas privadas e Organizações Não Governamentais que trabalham com crianças especiais.

A descentralização na escola: a gestão pedagógica, administrativa e financeira

Descentralizar o poder, significa, dividir as decisões, colocar para todos os envolvidos as situações mais desafiadoras no cenário escolar. A descentralização do poder é um mecanismo que norteia práticas participativas com perspectivas de mudanças no espaço escolar, as decisões devem ser tomadas pelo coletivo, por todos que fazem parte da instituição (CABRAL NETO; CASTRO, p.11). Ao possibilitar que os envolvidos façam parte do processo de decisão, a escola vivencia esse princípio como aspecto pertinente para a efetivação da gestão democrática. Sobre a descentralização do poder e sua repercussão no cenário educativo, uma funcionária menciona:

Sim, todos sabem. Mas tem que entender que tem verba que é só pra comprar material didático, e só pra quilo ali, não pode mexer. A verba que é pra merenda é só pra merenda, ninguém mexe pra outra coisa. Pra compra bens materiais, a mesma coisa. Aí a gente decide o que a escola está precisando pra gente votar qual é a maior necessidade da escola. É todo mundo junto (Funcionária da instituição).

A partir do depoimento da funcionária, percebem-se dois aspectos pertinentes, o primeiro é a participação no processo de decisão, em que todos sabem o valor do dinheiro que chegou para escola, assim como esse mesmo grupo direciona as verbas de acordo com a necessidade da instituição. O segundo aspecto, é a decisão sobre quais elementos têm prioridades na unidade educativa, de modo que todos se envolvem no processo e decidem as maiores urgências no espaço escolar.

Sobre o processo de decisão coletiva, a gestora destaca:

Todo grupo escolar. A gente passa uma lista e solicita que cada funcionário coloque a maior

necessidade da escola. A partir daí a gente vai fazer um levantamento de qual foi o material que ganhou. A gente leva pra o Conselho para que possa apreciar também e possa votar qual é o equipamento de maior necessidade da escola, segundo a maioria dos funcionários (Gestora da instituição).

Assim, a escola torna-se um espaço coletivo, em que todo grupo decide e norteia as verbas que chegam à instituição. Essa ação desenvolvida pela unidade educativa é favorável no processo da organização escolar, sendo os gestores os sujeitos que proporcionam essa ação. No mais, é importante salientar a relevância de todos os segmentos no processo de decisão financeira para uma favorável participação e construção de uma escola pública com características e vivências democráticas.

Acerca do processo de decisão coletiva, uma professora menciona:

Tudo se decide no Conselho Escolar. A equipe diretiva apresenta as prioridades da escola, que foi estabelecida por todos anteriormente, e nesse momento os conselheiros veem o que de fato pode ser comprado para o melhor benefício da escola (Professora da instituição).

A forma de conduzir uma instituição é construída a partir de uma concepção filosófica e política. Quando se concebe que todos os sujeitos sejam ativos nos processos educacionais, o paradigma em ação é a democracia como um princípio importante para o andamento da instituição. É pertinente entender a relação existente entre escola, democracia e sociedade para a vivência de práticas sociais que demandem o bem comum, o compromisso social pelo coletivo e a responsabilidade em contribuir com uma educação de boa qualidade (BRUEL, 2010).

Ao possibilitar a descentralização do poder, a equipe gestora manifesta uma importante concepção de educação que visa à divisão de responsabilidades e compromissos, tendo uma organização participativa, em que faz da instituição responsabilidade de todos e para todos. Essa prática é positiva no contexto educacional, pois viabiliza princípios da gestão democrática necessários para a mudança de paradigmas estabelecidos, durante muito tempo, na educação brasileira.

Todos os anos os recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola chegam às instituições que são contempladas pelo programa. Em relação ao valor que cada unidade escolar recebe, é importante perceber que quanto maior for o número de alunos matriculados na escola, conseqüentemente, maior será o repasse das verbas. Porém, é preciso destacar que se a instituição apresenta um espaço amplo, há mais desafios em relação à infraestrutura, materiais pedagógicos, materiais para manutenção das atividades, enfim os recursos devem ser compatíveis com os problemas existentes em cada realidade.

Para uma maior compreensão dos recursos que chegam à instituição pelo PDDE, é oportuno perceber a visão dos funcionários sobre o valor repassado e se esse é suficiente para suprir algumas carências que toda unidade tem diante de suas atividades. Para dar ênfase a essa questão, a gestora menciona que:

“Eu não considero que a verba que chega para a escola seja suficiente, porque nós conseguimos alguns armários. Vinte armários e algumas cadeiras que foram doados, nós fomos buscar de uma instituição federal, onde eles colocaram um desfazimento de bens, então se a gente tivesse verbas suficientes não teria necessidade de pegar móveis usados, a gente procuraria comprar com a verba que a escola recebe. Então, uma grande parte dos móveis da escola são móveis usados e móveis que foram pegos no lixo (ênfase na voz)” (Gestora da instituição).

O depoimento da gestora da instituição chama a atenção para o descaso com a escola pública, no que se refere ao investimento em políticas efetivas que normatizem uma educação de boa qualidade com princípios de igualdade e equidade. O fato da escola ter que buscar doações de instituições federais, móveis usados e retirados do lixo, mostra a calamidade e a insuficiência do Estado para com suas obrigações nas atividades educacionais.

Há, também, ênfase na fala da gestora quando deixa explícito que as verbas que chegam às instituições de ensino não são suficientes, tendo que ir à procura de equipamentos usados. A insuficiência das verbas do PDDE para as escolas públicas favorece, cada vez mais, para práticas interpretativas de que o governo não investe com qualidade nas atividades e propostas educacionais, assim como não prioriza a educação como mecanismo de mudança social, visto que “o investimento na educação é relevante para a superação do quadro dramático de pobreza, violência e injustiça social que vivenciamos no Brasil” (CAMPOS, 2010, p. 63).

As atividades desenvolvidas nas escolas são inúmeras e essas para serem efetivamente consolidadas carecem de investimentos concretos. Uma unidade escolar que planeja com toda comunidade as práticas para serem vivenciadas, mas não tem como executá-las, não oferece uma educação de boa qualidade com possibilidades de mudanças. Uma professora da instituição observa:

“Pelo que observo nas reuniões do conselho, são muitas atividades a serem desenvolvidas e poucos recursos, portanto, acredito que o repasse do PDDE poderia e deveria ser bem maior. Às vezes, não conseguimos comprar nem metade de nossas prioridades, isso já mostra a deficiência que o programa deixa para a escola” (Professora da instituição).

Mais uma vez. nota-se. com veemência. a falta que os recursos financeiros fazem para a

organização da escola. Além da instituição não poder comprar todas as suas necessidades, ainda não pode comprar nem as prioridades estabelecidas em assembleia pelo conselho escolar. As ações desenvolvidas direcionam, mais uma vez, para a afirmação que o Estado precisa rever as suas formas de distribuições orçamentárias do PDDE para melhorar a situação no que se refere à compra de materiais pedagógicos e bem duráveis para a realização dos trabalhos na escola.

As instituições educativas públicas que são contempladas com os recursos do PDDE devem ter um colegiado para decidir o que fazer com os recursos, assim como priorizar as atividades que serão desenvolvidas por meio do dinheiro que chega à escola uma vez por ano. Assim, é tarefa da escola convocar o colegiado e democratizar as decisões, bem como deixar explícitas as carências mais urgentes da unidade de ensino. Para a existência desse colegiado é necessário a efetiva vivência da autonomia. Sobre a autonomia estabelecida no cenário escolar para realização das compras, a gestora assinala:

“Quando a gente trata da questão de custeio e capital, a gente tem autonomia para decidir o que vai comprar. O que a gente fica preocupada é porque é pouco dinheiro pra tantas necessidades. Então, a gente compra de acordo com a nossa necessidade. A gente tem total autonomia pra escolher o que deve comprar” (Gestora da instituição).

Mediante o depoimento da gestora, pode-se fazer um questionamento sobre a autonomia que existe através do PDDE. Há uma autonomia, porém relativa, visto que há um direcionamento para o que a escola pode ou não comprar com os recursos que chegam todos os anos. O que pode acontecer na escola é, diante dos recursos que recebeu, e por meio do que está estabelecido na normatização, os profissionais da instituição podem fazer a escolha através das prioridades existentes no âmbito escolar.

Considerações Finais

As discussões apresentadas sobre a descentralização no contexto da reforma do Estado na década de 1990 foram favoráveis para a compreensão de práticas organizativas vivenciadas atualmente no cenário escolar. Em relação aos programas implementados no âmbito educacional, em especial, o Programa Dinheiro Direto na Escola, configurou-se, como uma política de desconcentração, na qual a comunidade escolar deve se responsabilizar pelos materiais que a escola necessita, visto que o referido programa tem caráter suplementar.

Sobre as dimensões da gestão escolar, o cenário das políticas educacionais viabiliza que todos os segmentos participem das decisões e do planejamento educativo oportunizando que todos se sintam responsáveis pela unidade escolar da qual fazem parte. O colegiado, em especial, o

conselho escolar, é o órgão deliberativo no qual tem o papel de contribuir na gestão pedagógica, administrativa e financeira da escola pública.

Por fim, os resultados da pesquisa mostram que mediante o princípio da descentralização: a) a escola vivencia a participação para decidir as prioridades, mediante o colegiado escolar; b) os recursos do PDDE não são suficientes para o desenvolvimento das atividades planejadas; c) a descentralização apresentada nas normatizações, na verdade, é uma desconcentração de responsabilidades do Estado para com a escola e os profissionais. **Referências** ARROYO, Miguel Gonzales. Gestão democrática: recuperar a sua radicalidade política?

In: CORREA, Bianca Cristina; GARCIA, Teise Oliveira. **Políticas educacionais e organização do trabalho escolar**. São Paulo: Xamã, 2008. BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002. BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988. BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (1996)**. Biblioteca Digital da câmara dos deputados. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. BRUEL, Ana Lorena de Oliveira. **Políticas e legislação da educação básica no Brasil**. Curitiba: Ibpex, 2010. CABRAL NETO, Antônio; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Gestão escolar em instituições de ensino médio: entre a gestão democrática e a gerencial. **Educação e Sociedade**, v. 32, n. 116, p. 745-770, jul./set. 2011. CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Gestão escolar e docência**. São Paulo: Paulinas, 2010. CASASSUS, Juan. A centralização e a descentralização da educação. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, n. 95, p. 37-42, nov. 1995. LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. São Paulo, Cortez, 2012. LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. Petrópolis, RJ; Vozes, 2010. PAIXÃO, Gleice Aline Miranda da. **Escola democrática: a participação dos alunos na gestão financeira da escola**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Brasília: Brasília, 2012. PARO, Vitor Henrique. **Diretor escolar: educador ou gerente?** São Paulo: Cortez, 2015. RODRIGUES, Neidson. **Da mistificação da escola à escola necessária**. São Paulo: Cortez, 1996. SANDER, Benno. **Gestão da educação na América Latina: construção e reconstrução do conhecimento**. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

Referências ARROYO, Miguel Gonzales. Gestão democrática: recuperar a sua radicalidade política?

In: CORREA, Bianca Cristina; GARCIA, Teise Oliveira. **Políticas educacionais e organização do trabalho escolar**. São Paulo: Xamã, 2008. BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002. BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988. BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (1996)**. Biblioteca Digital da câmara dos deputados. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. BRUEL, Ana Lorena de Oliveira. **Políticas e legislação da educação básica no Brasil**. Curitiba:

Ibpex, 2010. CABRAL NETO, Antônio; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Gestão escolar em instituições de ensino médio: entre a gestão democrática e a gerencial. **Educação e Sociedade**, v. 32, n. 116, p. 745-770, jul./set. 2011. CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Gestão escolar e docência**. São Paulo: Paulinas, 2010. CASASSUS, Juan. A centralização e a descentralização da educação. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, n. 95, p. 37-42, nov. 1995. LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. São Paulo, Cortez, 2012. LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. Petrópolis, RJ; Vozes, 2010. PAIXÃO, Gleice Aline Miranda da. **Escola democrática: a participação dos alunos na gestão financeira da escola**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Brasília: Brasília, 2012. PARO, Vitor Henrique. **Diretor escolar: educador ou gerente?** São Paulo: Cortez, 2015. RODRIGUES, Neidson. **Da mistificação da escola à escola necessária**. São Paulo: Cortez, 1996. SANDER, Benno. **Gestão da educação na América Latina: construção e reconstrução do conhecimento**. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

[1] Doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Educação (UFAL) e Pedagogo. Membro do grupo de pesquisa Gestão e Avaliação Educacional (GAE/CNPq). givanildopedufal@gmail.com

[1] Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação e do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas. Líder do grupo de pesquisa Gestão e Avaliação Educacional (GAE/CNPq). inaldasantos@uol.com.br

[1] Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Pedagogo (UFAL). alexpedufal@gmail.com

Recebido em: 25/04/2016

Aprovado em: 07/05/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: